

# O Ensino Universitário da Ciência Política e das Relações Internacionais em Portugal<sup>1</sup>

Mariana Carmo Duarte (CIES-IUL)

Joana Calado Mendes (IPRI-NOVA)

O principal marco da História portuguesa contemporânea – o 25 de Abril de 1974 – trouxe consigo o florescimento das áreas da Ciência Política (CP) e das Relações Internacionais (RI). De mãos dadas com a democracia, o estudo do fenómeno político tem-se, nos últimos 40 anos, consolidado e institucionalizado enquanto área de saber. Progressivamente, assistiu-se a uma proliferação de cursos de CP e RI em diversas Universidades do país, a par do surgimento de revistas científicas, unidades de investigação e associações científicas. Principalmente a partir do início do século XXI, estas duas áreas das ciências sociais sofreram um *boom* no que respeita à oferta educativa: se até ao virar do século eram contabilizados 14 cursos, atualmente são quase 60<sup>2</sup>.

Como se caracteriza o ensino da CP e das RI em Portugal? Que motivações estiveram subjacentes à sua criação? O que distingue e singulariza os cursos existentes? E quais os desafios que enfrentam? Partindo destas interrogações, o presente estudo visa mapear o ensino universitário da CP e das RI em Portugal e, complementarmente, traçar padrões de semelhança e diferença da oferta educativa nestas áreas científicas.

## Metodologia e Análise de Dados

A presente análise tem como objeto de estudo os cursos das áreas científicas de CP e RI. Estes foram selecionados a partir de 5 critérios específicos: i) análise exclusiva dos cursos que conferem grau (licenciatura, mestrado e doutoramento); ii) inclusão dos cursos do ensino universitário, excluindo-se os do ensino politécnico; iii) seleção dos

---

<sup>1</sup> As autoras agradecem a orientação da Professora Doutora Daniela Nascimento (FEUC) e a disponibilidade de todos os professores que contribuíram para este estudo.

<sup>2</sup> Moreira, A. (2007). Political Science in Portugal. In H.-D. Klingemann, *The State of Political Science in Western Europe* (pp. 311-323). Opladen & Farmington Hills: Barbara Budrich Publishers.

Ferreira-Pereira, L. C., & Freire, M. R. (2009). International Relations in Portugal: the State of the field and beyond. *Global Society*, 23(1), 79-96.

Camerlo, A., Homem Cristo, A., & Koçak, C. (2017). Ciência Política e Política Comparada em Portugal: O Balanço de um Experiência Recente. In C. Pequito Teixeira, *O Sistema Político Português no Início do Milénio – Uma Perspetiva Comparada e Longitudinal* (pp. 41-65), Cascais: Princípia.

cursos de instituições públicas e privadas; iv) circunscrição da análise aos cursos cuja área científica corresponde ao código de Classificação Nacional de Áreas de Educação e Formação (CNAEF) 313 – Ciência Política e Cidadania; e v) restrição aos cursos que se encontram acreditados pela Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (A3ES) e em funcionamento no corrente ano letivo (2017/18).

De acordo com os critérios de seleção estabelecidos, fez-se um levantamento de 56 cursos (ver tabela 1). Uma vez que o objetivo deste estudo consiste no mapeamento e diferenciação da oferta educativa, estes foram divididos em 3 categorias de cursos, para que fosse garantida a sua comparabilidade: CP – 17 cursos; RI – 28 cursos; e CP&RI – 11 cursos. A opção por esta categorização relacionou-se com a autonomia das RI face à CP em Portugal<sup>3</sup>. Assim, a categoria de CP engloba os cursos de Ciência Política, Políticas Públicas e Administração Pública. Por sua vez, a categoria de RI engloba os cursos de Relações Internacionais, Estudos Europeus e Estudos Euro-atlânticos. Naturalmente, torna-se relevante a criação de uma categoria, que por oposição às outras duas, engloba os cursos combinados de Ciência Política e Relações Internacionais.

No que diz respeito à recolha dos dados, reuniram-se inicialmente dados de caracterização dos 56 cursos, através dos *websites* das várias Universidades, da Direção-Geral de Ensino Superior (DGES) e da A3ES (e.g. localização geográfica – NUTS II, número de vagas, média de entrada, ECTS, plano de estudos). Posteriormente, formulou-se e enviou-se, via *email*, um guião de perguntas a todos os coordenadores dos 3 ciclos de estudos, com o objetivo de recolher dados mais específicos e subjetivos acerca dos diferentes cursos. O guião divide-se em 3 blocos de questões – i) Génese do Curso; ii) Evolução e Consolidação do Curso; e iii) Desafios e Oportunidades do Curso –, permitindo respostas não estruturadas (abertas). Sendo este um estudo exploratório e de mapeamento, a opção por este tipo de respostas tem a dupla função de procurar englobar o máximo de variabilidades e nuances em torno do tema, permitindo a análise de pontos que não seriam focados através das respostas estruturadas (fechadas). Entre os dias 3 de janeiro e 23 de fevereiro de 2018 recolheram-se 32 respostas (10 em CP; 17 em RI e 5 em CP&RI), que constituem a amostra do presente estudo (ver tabela 1).

Quanto ao plano de análise de dados, este divide-se em duas partes. Na primeira, com recurso às variáveis *categoria de cursos, ciclo de estudos e localização geográfica*

---

<sup>3</sup> Ferreira-Pereira, L. C., & Freire, M. R., op. cit.

– *NUTS II*, realizou-se uma análise global e descritiva dos 56 cursos. Tal possibilitou um enquadramento geral/caracterização da oferta educativa em CP e RI em Portugal. Na segunda, analisou-se cada categoria de cursos por forma a perceber os padrões de semelhança e/ou diferença entre os mesmos, procurando, sempre que possível, evidenciar os aspetos que caracterizam de forma mais singular determinado(s) curso(s). Os dados recolhidos através da amostra (32 cursos), foram classificados em categorias de resposta para serem analisados de forma qualitativa, recorrendo a técnicas de análise de conteúdo. Assim, analisaram-se individualmente as 3 categorias de cursos, de acordo com a *génese, evolução e consolidação e desafios e oportunidades* dos mesmos.

(inserir tabela 1)

### **Entre a Ciência Política e as Relações Internacionais: as áreas em “confronto”**

Em Portugal, é notória a preponderância, em termos numéricos, dos cursos em RI, face aos de CP e aos de CP&RI. Quando analisado o número de cursos por categoria de cursos, de acordo com os 3 ciclos de estudos, a oferta educativa continua a ser maior em RI, mas apenas ao nível das licenciaturas e dos mestrados. Ainda assim, se no que respeita aos cursos de licenciatura, a diferença entre RI (13) e as outras 2 categorias de cursos – CP (4) e CP&RI (5) – é considerável, esta esbate-se ao nível dos mestrados, onde existem 11 cursos em RI, 9 em CP e 2 em CP&RI. Em relação aos cursos de doutoramento, existe um equilíbrio entre as 3 categorias de cursos, tendo, cada uma, 4 cursos.

No que diz respeito à oferta educativa em RI, e analisando as 3 categorias de cursos individualmente, esta diminui à medida que se avança no ciclo de estudos. Ou seja, existe uma maior oferta nos cursos de licenciatura (13) e de mestrado (11) do que nos de doutoramento (4). Em CP, o número de cursos de licenciatura e doutoramento é o mesmo (4), sendo que ao nível dos cursos de mestrado existe uma maior oferta (9). Relativamente a CP&RI, existem 5 cursos de licenciatura, 2 de mestrado e 4 de doutoramento (ver figura 1).

(Inserir figura 1)

Quando analisada a dispersão geográfica do número de cursos, a principal tendência revela um predomínio de oferta de cursos na Área Metropolitana de Lisboa (AML). Este padrão verifica-se quer por categoria de cursos, quer por ciclo de estudos (ver figuras 2 e 3, respetivamente). Das 3 categorias de cursos, RI afigura-se como a que

está melhor distribuída geograficamente, sendo aquela onde existem cursos num maior número de NUTS II. Assim, dos 28 cursos, 13 estão na AML, 6 no Norte, 5 no Centro, 2 no Alentejo e 2 na Região Autónoma dos Açores (RAA). Relativamente às categorias de CP e CP&RI, assiste-se a uma maior concentração geográfica: os cursos existentes localizam-se todos em Portugal Continental e a norte do Tejo. No que concerne a CP, num total de 17 cursos, existem 11 na AML, 3 no Centro e 3 no Norte. Quanto a CP&RI, os valores e a sua distribuição geográfica são muito idênticos aos de CP: dos 11 cursos, 8 são na AML, 1 no Centro e 2 no Norte. Não existe oferta educativa de CP, RI ou CP&RI no Algarve e na Região Autónoma da Madeira (RAM) (ver figura 2).

Dos 3 ciclos de estudos, as licenciaturas apresentam-se como as melhor distribuídas geograficamente. Assim, dos 22 cursos, 10 são na AML, 7 no Norte, 3 no Centro, 1 no Alentejo e 1 na RAA. No que concerne aos mestrados, embora a dispersão geográfica seja similar à da licenciatura, verifica-se uma maior concentração de cursos na AML. Assim, de um total de 22 cursos, 13 estão na AML, 3 no Norte, 4 no Centro, 1 no Alentejo e 1 na RAA. Quanto aos doutoramentos, de um total de 12 cursos, apenas 3 se encontram fora da AML (ver figura 3).

(Inserir figuras 2 e 3)

## **A Ciência Política e as Relações Internacionais: tendências, singularidades e complementaridades**

### ***Os Cursos de Ciência Política***

#### *Génese*

Da amostra de cursos em CP (10), os primeiros surgiram no ISCSP-UL, no fim do século passado. Nesta Universidade, a preocupação pela especialização e formação de um corpo académico em CP, inexistente até à data, levou à criação dos cursos de mestrado e doutoramento, na década de 1980. Tal permitiu a formação de um núcleo de docentes especializado que possibilitou, na década de 1990, a criação da licenciatura em CP (ver tabela 2). Em cursos fundados já no século XXI, como a licenciatura e o mestrado do ISCTE-IUL ou o mestrado da UM, apresenta-se o argumento inverso, sendo a existência já de um corpo especializado nesta área um dos fatores estimuladores da criação destes cursos.

Para lá da (in)disponibilidade/(in)existência de recursos docentes especializados, podem ser identificadas outras variáveis explicativas para a criação destes cursos. Na UM, conhecida pelo seu legado nas RI, a aposta na CP surgiu como uma “etapa natural de consolidação das ofertas educativas”. Na UA, embora nunca tenha existido uma licenciatura em CP, o mestrado é criado em “continuidade da licenciatura em Administração Pública, que tem um menor em CP”. Ao nível do terceiro ciclo, o curso conjunto desta Universidade com a UBI, surge porque as “equipas docentes das duas Universidades dispunham de formações bastante complementares, suprimindo as deficiências de parte a parte”. Na UCP-Lisboa, o curso de mestrado foi criado para privilegiar o debate em torno das questões da Democracia, Liderança e Governação. Existem outras justificações para a fundação destes cursos: i) procura por parte dos estudantes (mestrado ISCTE-IUL, UA, UA+UBI, mestrado UM); ii) articulação entre ensino e investigação (ISCTE-IUL, UA, UCP-Lisboa); iii) colmatar a falta de oferta educativa em CP no Centro e Norte do país (UA+UBI, UM); iv) processo de Bolonha (UA); e v) necessidade de formação avançada em CP (UA, UA+BI, UM).

Todos os cursos em estudo pertencem a Universidades que também dispõem de oferta educativa em RI, com a exceção da UA. Nesta, a aposta exclusiva em CP prende-se com a proximidade geográfica a Coimbra, onde existe uma “excelente oferta em RI”. Nas restantes Universidades, a divisão destas duas áreas relaciona-se com a existência de um corpo especializado nos dois níveis do fenómeno político e com a necessidade de apresentar a CP sem focar necessariamente as questões internacionais. No entanto, existe uma estreita colaboração e complementaridade entre a CP e outros cursos, como Administração Pública, Estudos Europeus, Políticas Públicas ou Relações Internacionais.

### *Evolução e Consolidação*

A consolidação dos cursos de CP trouxe algumas transformações ao nível do número de vagas e estruturas curriculares dos mesmos. Relativamente ao primeiro, este tem-se mantido constante, embora na grande maioria dos cursos a procura tenha aumentado (ver tabela 1). No entanto, na UA houve em anos letivos específicos alterações pontuais ao número de vagas habitual, enquanto no mestrado do ISCTE-IUL e nos cursos da UM, houve um ligeiro aumento do número de vagas desde as primeiras edições. Quanto ao segundo, apenas os planos de estudo da UCP-Lisboa e da UA+UBI não sofreram qualquer alteração desde a sua criação. No que diz respeito aos restantes cursos, estes têm sido reestruturados, maioritariamente, devido aos seguintes fatores: i) processo

de Bolonha (ISCSP-UL, UA e mestrado UM); ii) recomendações da A3ES (ISCSP-UL, licenciatura ISCTE-IUL); iii) sugestões de alunos (ISCTE-IUL, UA); e iv) alterações do mercado laboral (ISCSP-UL, licenciatura UM).

As transformações ocorridas singularizam e evidenciam as necessidades específicas de cada um dos cursos e Universidades. Na UA, a reforma de unidades curriculares (UCs) encetada no ano letivo de 2009/10 visou reforçar a dimensão de política comparada e refletir o interesse demonstrado pelos estudantes em explorar de forma mais aprofundada o caso português. Na licenciatura do ISCTE-IUL, também por sugestão dos estudantes e recomendações da A3ES, o número de UCs metodológicas foi diminuído, em detrimento de outras mais teóricas. Na UM, o plano de estudos da licenciatura, em vigor a partir de 2012/13, procurou centrar-se na esfera da CP, “definindo claramente a sua identidade epistémica”. Quanto ao do mestrado, foi reestruturado em 2010 por processos associados à dinâmica interna da escola.

Ao longo dos últimos anos, a consolidação dos cursos de CP tem acarretado ainda a diversificação e sofisticação das abordagens metodológicas (i.e. quantitativa, qualitativa, histórica, experimental, etc.). Entre os cursos em análise, é descartada a opção por uma única corrente. Ao invés, é consensual a necessidade de um leque plural e abrangente de técnicas metodológicas, justificado através da utilização de várias abordagens que se possam complementar e da adequabilidade das ferramentas metodológicas às questões de investigação.

### *Desafios e Oportunidades*

A institucionalização e afirmação da CP enquanto área de estudos tem trazido alguns desafios. Entre estes, são enunciados i) o aumento das equipas docentes com vínculos contratuais estáveis (UA, UA+UBI); ii) a fraca abertura do mercado laboral (fora de Lisboa) para áreas do saber vistas como essencialmente teóricas (UM); iii) a relação entre a Universidade e o mercado de trabalho (estágios) (licenciatura ISCTE-IUL); iv) a existência de corpos discentes com formações base distintas, decorrente do processo de Bolonha (mestrado UM); v) o crescimento da internacionalização dos corpos docente e discente (UCP-Lisboa); vi) a estabilização da procura, principalmente em termos qualitativos (licenciatura ISCTE-IUL, UA+UBI); articulação entre uma formação sólida em CP e a possibilidade de especialização em subáreas da mesma (mestrado ISCTE-IUL); e vii) a conciliação entre tradição e inovação (ISCSP-UL).

Formando uma comunidade académica recente, os cursos em análise diferenciam-se entre si pelas suas opções temáticas, metodológicas ou administrativo-políticas. Em termos temáticos, na UA existe um enfoque na Governação e Políticas Públicas. Na UA+UBI, o curso caracteriza-se pela aposta em 4 áreas: Teoria Política, Política Comparada, Governação e Comunicação Política. No mestrado do ISCTE-IUL, existe um predomínio das áreas específicas da Representação Política, Atitudes e Comportamentos Políticos e Instituições Políticas. Em termos metodológicos, os cursos de licenciatura do ISCTE-IUL distinguem-se pela sólida formação metodológica e pelo envolvimento dos estudantes em projetos de investigação. A UA caracteriza-se pelo “forte pendor empírico na investigação [desenvolvida] pelos alunos”. Quanto à UA+UBI, diferencia-se pela interdisciplinaridade metodológica. Em termos administrativo-políticos, na UM, a licenciatura funciona como ponte entre os diversos domínios da escola em que está inserida, enquanto o mestrado se singulariza por ter um menor número de UCs e semestres, bem como pela existência de várias optativas. Na UCP-Lisboa, por seu lado, a opção por um programa lecionado em inglês “pretende atrair estudantes nacionais e internacionais de topo e, assim, dinamizar o estudo e pesquisa sobre democracia”.

### ***Os Cursos de Relações Internacionais***

#### *Génese*

Centrando a análise nos cursos em RI (17), a UM sobressai por ter estado na vanguarda do ensino desta área científica no país, tendo a licenciatura surgido “em paralelo com a fundamental alteração da posição internacional do Portugal do pós-25 de Abril, tornando clara a preparação de uma nova geração de profissionais com um perfil internacionalista” (ver tabela 2). Outras licenciaturas destacam-se por terem iniciado o ensino deste domínio num período de consolidação da democracia portuguesa: a adesão às Comunidades Europeias (UAL, ULusíada-Lisboa, ULusíada-Porto). Ou seja, “em meados dos anos 80, o país carecia urgentemente de quadros qualificados no domínio das [RI]”, que permitissem “uma mais competente participação e afirmação do Estado e da sociedade na esfera internacional” (ULusíada-Lisboa).

A importância deste “domínio do conhecimento” para a “compreensão dos fenómenos políticos, económicos, sociais e culturais” é visível pelo crescimento constante do número de cursos nesta área científica entre a década de 1980 e a segunda década do século XXI. A principal motivação para o surgimento das licenciaturas em RI

centra-se no aumento e/ou diversificação da oferta educativa (UAç, UAL, UC, UE, UL, UPortucalense). Uma leitura mais detalhada identifica algumas variantes, como a importância da área científica em determinadas regiões. Na UAç, a licenciatura procurou desenvolver “quadros de investigação e de prestação de serviços à comunidade”, enquanto na UE, a licenciatura visou responder “à necessidade de uma rede equilibrada no plano geográfico”. Outras justificações relacionam-se com a necessidade de criar “novas visões teóricas para além das tradicionais correntes positivistas” (UC) e estabelecer novas áreas disciplinares, como os estudos para a paz (UC), os estudos de área (UAL, ULusíada-Lisboa, ULusíada-Porto, UPortucalense), os estudos europeus (UAç), ou ainda, dar resposta “a uma área de formação inexplorada no âmbito dos estudos culturais, da gestão das indústrias de cultura, da filosofia, da história e da tradução” (UL). Por sua vez, os estudos avançados têm tido como objetivo completar a formação de profissionais nesta área (UAç, UAL, UBI, UE) e/ou aprofundar os conhecimentos nas RI através das seguintes especializações: i) espaço euro-atlântico (UAç); ii) cooperação e comércio internacional (UBI); iii) estudos europeus (UE, UM); iv) estudos da paz (UC); e v) geopolítica e geoeconomia (UAL).

Reconhecendo-se a autonomização das RI em relação à CP, a maioria vê a separação das duas áreas científicas como natural. No entanto, em algumas licenciaturas leciona-se uma forte componente de CP (UAL, UE, ULusíada-Porto). Também existem situações em que as restrições quanto aos recursos docentes disponíveis impossibilitam o ensino da CP, optando-se pela formação avançada em RI, “uma área muito mais abrangente” (UAç). Noutras situações, a autonomização das duas áreas científicas apenas acontece nos estudos avançados (UBI).

#### *Evolução e Consolidação*

No que respeita à consolidação dos cursos, a estrutura curricular tem sido alvo de alterações regulares, na sua maioria provocadas por uma combinação entre motivações internas e condicionantes externas. Relativamente às primeiras, sobressai i) a concentração do estudo num domínio específico, como o espaço euro-atlântico (UAç), os estudos de área (UAL), ou a pré-especialização em menores orientados para os interesses dos alunos na prossecução dos estudos avançados (UL, UM); ii) a acomodação de temáticas às diversas especializações do corpo docente (UAç, UBI, UM); iii) o reforço do enfoque no estudante (UC); e iv) a internacionalização (UAL, UC, UM). Quanto às segundas, destaca-se i) o processo de Bolonha (UAL, UC, UL, ULusíada-Lisboa,

ULusíada-Porto, UM); ii) as avaliações externas que têm recomendado o reforço da consolidação das UCs em CP e/ou RI (UAç, UBI, UE); iii) o aumento do pessoal docente (UAç); e iv) a adaptação ao mercado laboral (UC, UE, ULusíada-Porto).

Na maioria dos cursos de licenciatura, o número de vagas tem-se mantido estável (UAç, UAL, UE, UM, ULusíada-Porto, UPortucalense), embora se assista a uma redução deste na ULusíada-Lisboa, UC e UL (ver tabela 1). Na ULusíada-Lisboa justifica-se esta redução pela quebra demográfica, crise económica, emigração de jovens e abundante oferta de cursos similares. Na UC e UL, embora o número de vagas tenha diminuído, os cursos têm sido alvo de elevada procura, tendo a redução ocorrido por imposição externa. Nos restantes ciclos, o número de vagas também se tem mantido estável (UAç, UAL, UC, UE, UM) ou aumentou (UBI), salientando-se i) a existência de um programa doutoral financiado pela FCT (com atribuição de bolsas de doutoramento) e lecionado em língua inglesa (UC); ii) o aumento do número de alunos com interesse em dar continuidade à sua formação na mesma área científica (UBI, UM); e iii) a aposta institucional em alunos internacionais (UBI).

A evolução e consolidação dos diferentes cursos tem, na sua maioria, sido acompanhada pela adoção de uma metodologia mista (UAç, UAL, UBI, UM, UPortucalense), que reconhecendo a interdisciplinaridade base em que assenta o ensino das RI, valoriza a integração de abordagens qualitativas e quantitativas, entre outras. Defende-se que “a complexidade da realidade estudada em RI obriga a esta conjugação de abordagens” (UPortucalense), “estimulando-se o pluralismo desenvolvido pelos docentes e pelos discentes” (UBI). Contudo, também se salientam os cursos que genericamente têm evoluído dentro de uma abordagem qualitativa (UE, ULusíada-Lisboa, ULusíada-Porto), ou qualitativa e crítica (UC), na medida em que esta permite “destrinçar com maior rigor as diversas variáveis que rodeiam os fenómenos político-internacionais” (UE). Há ainda espaço para abordagens com um cunho marcadamente teórico e histórico (UAç), que se tem procurado ultrapassar através da aposta na investigação e na oferta de oportunidades de formação.

### *Desafios e Oportunidades*

No seu conjunto, a maioria dos desafios nesta área de formação interrelacionam-se com os níveis de consolidação em que cada curso se encontra, os níveis de empregabilidade (UAç, UBI, UC, UM, ULusíada-Porto, UPortucalense) e as dificuldades

financeiras e de disponibilidade de recursos docentes qualificados neste domínio (UAç, UC, ULusíada-Lisboa). No que respeita à robustez dos cursos, destaca-se i) a necessidade de consolidação de um corpo docente especializado em CP e RI, que se tem verificado insuficiente (UBI, UE); ii) a manutenção da integração em redes de investigação nacionais (UAç, UBI); iii) a internacionalização (UM), maximizando a mobilidade docente e discente (UE); iv) a necessidade permanente de ajustar as competências oferecidas às transformações que ocorrem ao nível internacional (UC, UE, ULusíada-Porto); v) o estabelecimento de uma “linguagem comum” entre os alunos com formações base distintas (UAL); vi) o aumento da percentagem de estudantes com mestrado em RI (UBI); e vii) o desenvolvimento de UCs em inglês para potenciais estudantes estrangeiros (UBI). Quanto às dificuldades financeiras, a UAç tem assistido à impossibilidade de recurso a docentes externos para lecionarem, bem como dificuldades na aquisição de bibliografia. Para a UC, os principais desafios prendem-se com bolsas de estudo, insuficientes para apoiar todos os estudantes.

Na generalidade dos cursos, as especializações temáticas já mencionadas, bem como a interdisciplinaridade e pluralidade são apontados como traços distintivos. A estes acrescem, por exemplo, i) a “abordagem crítica” acompanhada pelo “debate e interação em sala de aula” por oposição às “aulas magistrais” (UC); ii) a preocupação com a empregabilidade (ULusíada-Porto, UPortucalense); iii) a integração no corpo docente de *practitioners*, como embaixadores ou professores estrangeiros (UAL, UM); iv) a articulação entre o ensino e a investigação avançada e internacional no domínio das RI (UAL, UC); v) o potenciar de recursos dos vários departamentos (UAç, UE); e vi) a função da Universidade enquanto polo dinamizador da região em que se insere (UAç, UE, ULusíada-Porto).

### ***Os Cursos de Ciência Política e Relações Internacionais***

#### *Génese*

Focando a amostra em CP&RI, 3 dos 5 cursos em análise são lecionados na UCP-Lisboa, contemplando os três ciclos de estudos (ver tabela 2). O ensino destas áreas científicas na UCP-Lisboa tem como objectivo o enriquecimento da discussão académica em CP e RI, assente numa vocação humanista e numa concepção dos estudos sociais e políticos como parte essencial de uma formação universitária (“educação para a excelência”). Enquanto a licenciatura pretende oferecer um programa multidisciplinar e

abrangente, inspirado no que se designou por “Artes liberais”; o mestrado busca aprofundar os conhecimentos fundamentais e orientar para a investigação científica nestas duas áreas; e o doutoramento procura dar continuidade à “boa experiência do mestrado”. De forma mais detalhada, o mestrado possibilita uma formação técnico-científica orientada para duas vias: i) a profissionalização competente e criativa; e ii) a orientação para a investigação. Já o doutoramento procura criar uma proposta de oferta científica que permita aos alunos aprofundar i) conhecimentos teóricos fundamentais em CP e RI; e ii) o desenvolvimento de capacidades para o ensino e investigação científica.

Os programas de doutoramento do ICS-UL e do ISCTE-IUL, cada um com 2 especializações – CP e RI –, surgem pela necessidade de criar uma nova geração de cientistas políticos, aliando o ensino e a investigação. Porém, no ISCTE-IUL o curso foi ainda criado pelos seguintes motivos: i) oferta de ensino em CP e RI ao nível das licenciaturas e mestrados, faltando um doutoramento; ii) corpo docente altamente qualificado e iii) forte procura. Quanto ao ICS-UL, a fundação do curso parte da necessidade de “produção de conhecimento especializado”, aliando os estudos avançados com a “investigação de ponta” desenvolvida no instituto.

Em Portugal predomina o ensino da CP e das RI em cursos distintos. No entanto, nos cursos em análise, o ensino conjunto destes domínios é justificado pelo facto de estas duas áreas se complementarem e se basearem numa abordagem metodológica próxima interligada. Todavia, no que respeita à licenciatura da UCP-Lisboa, o programa já se apresentou em dois cursos distintos. Quanto ao doutoramento do ISCTE-IUL, embora existam as duas especializações, há uma predominância da CP, devido ao *know-how* do corpo docente (um viés que tem vindo a ser colmatado).

### *Evolução e Consolidação*

Ao longo dos anos, a consolidação dos cursos tem acarretado algumas alterações ao nível dos seus planos de estudo. Entre estas contam-se i) acertos no conteúdo das UCs (ICS-UL; ISCTE-IUL); ii) mudanças da UCs de semestre (ISCTE-IUL); e iii) criação e diversificação de UCs optativas (ISCTE-IUL; licenciatura UCP-Lisboa). No caso específico do mestrado da UCP-Lisboa, o programa inicial em Teoria e Ciência Política passou por várias reestruturações para a integração de novos domínios, motivados pelos acontecimentos ocorridos no plano internacional – como a associação da CP e das RI – e a adequação desse facto à realidade portuguesa. No que respeita ao número de vagas, este

tem-se mantido constante (ver tabela 1). Todavia, no ISCTE-IUL, a procura tem aumentado paulatinamente, destacando-se o aumento de visibilidade do curso pelas conferências, corpo docente e pelas suas pesquisas e estudos. Quanto ao ICS-UL, embora constante, o número de vagas é baixo, devido à inexistência de mercado laboral para tantos doutorados.

A consolidação e evolução dos cursos tem caminhado a par da diversificação de abordagens metodológicas. De entre os cursos em estudo, todos rejeitam a opção pela adoção de uma única técnica metodológica. Inversamente, é defendida a necessidade de adequabilidade dos métodos às questões em estudo, bem como a importância da formação em diversas abordagens metodológicas.

### *Desafios e Oportunidades*

À semelhança das análises já realizadas, a institucionalização desta categoria de cursos também comporta desafios. Na UCP-Lisboa, destaca-se o aumento do número de alunos, que obrigou ao funcionamento de diferentes turmas em simultâneo, colocando desafios de logística e gestão (licenciatura UCP-Lisboa). É ainda evidenciada a necessidade de adequar os programas aos novos interesses dos alunos, respeitando os princípios básicos em que assenta a instituição (mestrado UCP-Lisboa). Relativamente às outras Universidades, destacam-se i) a necessidade de aumentar o número de estudantes (ICS-UL) e a taxa de conclusão dos doutoramentos (ISCTE-IUL), dificultado pela redução das bolsas FCT e inexistência de bolsas de mérito para o 3º ciclo (ISCTE-IUL); ii) a necessidade de expandir o corpo docente especializado em CP e RI (ISCTE-IUL); e iii) a criação de condições mais flexíveis para que os estudantes estrangeiros a residir no exterior possam ter um acompanhamento regular, sem baixar os níveis de exigência (ISCTE-IUL).

Partindo de abordagens metodológicas semelhantes, assentes na interdisciplinaridade, os diferentes cursos distinguem-se pelas orientações programáticas. No caso da UCP-Lisboa, a licenciatura combina o estudo nas áreas adjacentes à CP e RI, como a História, o Direito e a Economia, além do enfoque no estudo das principais obras do pensamento político ocidental. Ao nível dos estudos avançados, os cursos distinguem-se pelas seguintes características: i) aposta na internacionalização, através de uma rede de intercâmbios; ii) um regime de tutorias mensais, ministradas pelos coordenadores dos programas e que visam apoiar os alunos; e iii) incentivos à investigação por parte dos

alunos, através de diversas oportunidades de publicação e de seminários quinzenais em que podem participar, apresentando as suas pesquisas. No ICS-UL e no ISCTE-IUL, a investigação é o principal traço distintivo: destaca-se a consolidação da articulação entre o ensino pós-graduado de elevada qualidade e a investigação numa das suas “principais áreas de competência científica” (ICS-UL) e o desenvolvimento de uma forte ligação entre teoria e a prática, o ensino e a investigação (ISCTE-IUL).

(inserir tabela 2)

### **Breves Notas Conclusivas**

O presente estudo teve como objetivo mapear o ensino universitário da CP e das RI em Portugal. De modo a caracterizar a oferta educativa nestas áreas científicas, realizaram-se duas análises. Na primeira, e de forma descritiva, atendeu-se às seguintes variáveis: *categorias de cursos, ciclo de estudos e localização geográfica – NUTS II*. Na segunda, recorrendo a uma análise de conteúdo, classificaram-se as 3 categorias de cursos (CP, RI e CP&RI), de acordo com a sua *génese, evolução e consolidação e os desafios e oportunidades*.

Numa primeira fase foram estudados os 56 cursos das áreas científicas de CP e RI, tendo-se identificado 2 padrões. Em primeiro lugar, a preponderância dos cursos em RI, em termos numéricos, face aos de CP e CP&RI. Contudo, verifica-se uma diminuição do número de cursos em RI à medida que se avança no ciclo de estudos; enquanto em CP, se assiste a um aumento do número de cursos ao nível dos estudos avançados, particularmente nos mestrados. Substantivamente, este padrão parece indicar uma prevalência do ensino das RI como formação base, enquanto a CP se destaca ao nível dos estudos pós-graduados. Em segundo lugar, predomina a oferta de cursos na AML, independentemente da categoria de cursos ou ciclo de estudos. No entanto, existe uma melhor distribuição geográfica dos cursos em RI (face às restantes categorias de cursos), bem como das licenciaturas (face aos restantes ciclos de estudo). Não existe oferta educativa no Algarve e na RAM.

Numa segunda fase foram analisados os 32 cursos das 3 categorias de cursos – CP, RI e CP&RI – que compõem a amostra do presente estudo, segundo a sua *génese, evolução e consolidação e os desafios e oportunidades*. Em relação à *génese*, no que respeita a CP, identificam-se duas fases para a criação dos cursos: a primeira, assente na necessidade de especializar o corpo docente; a segunda, na mobilização de um corpo

docente já especializado. Pontualmente, alguns cursos foram criados para colmatar a falta de oferta educativa de CP em determinadas regiões do país. Relativamente a RI, verifica-se um crescimento constante do número de cursos, sendo a principal motivação o aumento e/ou diversificação da oferta educativa, quer em termos geográficos quer ao nível de especializações. Quanto a CP&RI, a fundação dos cursos justifica-se pela complementaridade das duas áreas científicas, a par da promoção do debate em torno do fenómeno político.

No que concerne à evolução e consolidação, é comum às 3 categorias de cursos a questão da estabilidade do número de vagas e a pluralidade metodológica, distinguindo-se, contudo, nas condicionantes subjacentes às alterações na estrutura curricular. Em CP, os planos de estudo têm sido alterados essencialmente por motivações externas. Em RI, sobressaem tanto motivações externas como internas. Em CP&RI, salientam-se maioritariamente motivações internas. Quanto às motivações externas, estas prendem-se com o processo de Bolonha, sugestão dos estudantes, recomendações da A3ES, adaptação ao mercado laboral, entre outras. Relativamente às motivações internas, estas relacionam-se com a orientação para a especialização, adaptação dos programas às formações do corpo docente, acertos ao nível das UCs, entre outras.

Para concluir, relativamente aos desafios e oportunidades, em CP destaca-se a necessidade de aumentar as equipas docentes com vínculos contratuais estáveis, a preocupação com as taxas de empregabilidade, a adaptação dos cursos a corpos discentes com formações base diversas e a internacionalização. Para além destes, em RI evidenciam-se desafios relacionados com a escassez e a necessidade de consolidação de um corpo docente especializado, bem como dificuldades financeiras. Igualmente, verificam-se em CP&RI os desafios acima identificados.

# ANEXOS

## TABELA 1. Oferta educativa nas três categorias de cursos

### 1.1. Ciência Política

Ciclo de Estudos	Título do Curso	NUTS II	Nº vagas (17/18)	ECTS
Licenciatura	Ciência Política (ISCSP-UL)*	Área Metropolitana de Lisboa	53	180
	Ciência Política (ISCTE-IUL)*	Área Metropolitana de Lisboa	40	180
	Ciência Política e Estudos Eleitorais (ULusófona-Porto)	Norte	15	180
	Ciência Política (UM)*	Norte	30	180
Mestrado	Ciência Política (ISCSP-UL)*	Área Metropolitana de Lisboa	10	120
	Administração Pública (ISCTE-IUL)	Área Metropolitana de Lisboa	40	120
	Ciência Política (ISCTE-IUL)*	Área Metropolitana de Lisboa	20	120
	Políticas Públicas (ISCTE-IUL)	Área Metropolitana de Lisboa	20	120
	Ciência Política (UA)*	Centro	25	120
	Ciência Política (UBI)	Centro	20	120
	Governança, Liderança e Estudos sobre a Democracia (UCP-Lisboa)	Área Metropolitana de Lisboa	-	90
	Ciência Política: Cidadania e Governação (ULusófona-Lisboa)*	Área Metropolitana de Lisboa	15	120
	Ciência Política (UM)*	Norte	30	100
Doutoramento	Ciência Política (ISCSP-UL)*	Área Metropolitana de Lisboa	20	180
	Políticas Públicas (ISCTE-IUL)	Área Metropolitana de Lisboa	25	180
	Ciência Política (NOVA)	Área Metropolitana de Lisboa	10	240
	Ciência Política (UA+UBI)*	Centro	10	180

### 1.3. Ciência Política & Relações Internacionais

Ciclo de Estudos	Título do Curso	NUTS II	Nº vagas (17/18)	ECTS
Licenciatura	Ciência Política e Relações Internacionais (NOVA)	Área Metropolitana de Lisboa	81	180
	Ciência Política e Relações Internacionais (UBI)	Centro	32	180
	Ciência Política e Relações Internacionais (UCP-Lisboa)*	Área Metropolitana de Lisboa	80	180
	Ciência Política e Relações Internacionais (UFernando Pessoa)	Norte	25	180
	Ciência Política e Relações Internacionais (ULusófona-Lisboa)	Área Metropolitana de Lisboa	50	180
	Mestrado	Ciência Política e Relações Internacionais (NOVA)	Área Metropolitana de Lisboa	80
Ciência Política e Relações Internacionais: Segurança e Defesa (UCP-Lisboa)*		Área Metropolitana de Lisboa	30	120
Política Comparada (ICS-UL)* <sup>1</sup>		Área Metropolitana de Lisboa	-	240
Doutoramento	Ciência Política (ISCTE-IUL)* <sup>1</sup>	Área Metropolitana de Lisboa	20	180
	Ciência Política e Relações Internacionais: Segurança e Defesa (UCP-Lisboa)*	Área Metropolitana de Lisboa	30	240
	Ciência Política e Relações Internacionais (UM)	Norte	10	240

### 1.2. Relações Internacionais

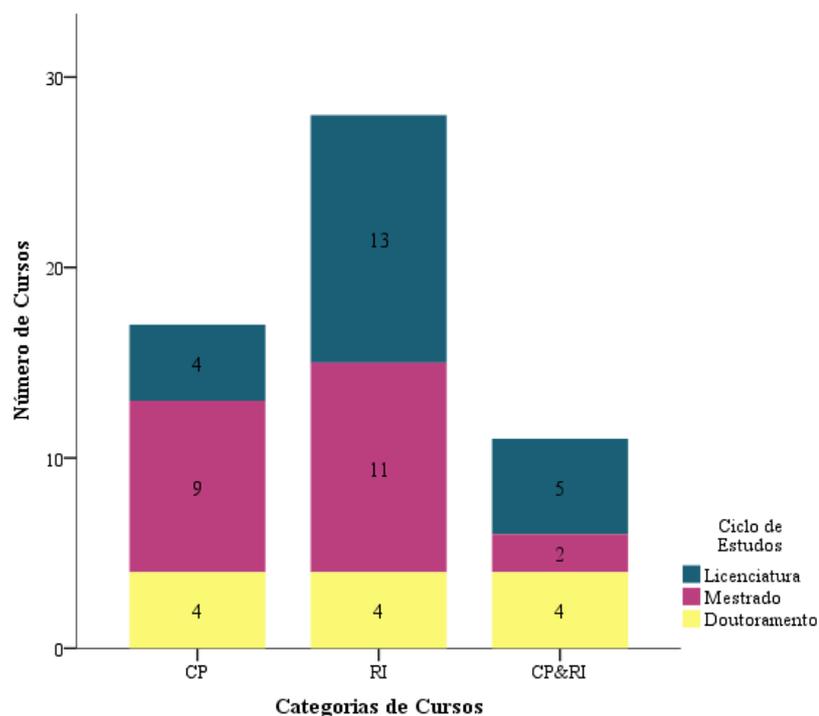
Ciclo de Estudos	Título do Curso	NUTS II	Nº vagas (17/18)	ECTS	Título do Curso	NUTS II	Nº vagas (17/18)	ECTS
Licenciatura	Relações Internacionais (ISCSP-UL)	Área Metropolitana de Lisboa	90	180	Relações Internacionais (ULusíada-Lisboa)*	Área Metropolitana de Lisboa	50	180
	Estudos Euro-Atlânticos (UAç)*	Região Autónoma dos Açores	25	180	Relações Internacionais (ULusíada-Porto)*	Norte	40	180
	Relações Internacionais (UAL)*	Área Metropolitana de Lisboa	35	180	Estudos Europeus e Relações Internacionais (ULusófona-Lisboa)	Área Metropolitana de Lisboa	30	180
	Estudos Europeus (UC)	Centro	33	180	Estudos Europeus, Estudos Lusófonos e Relações Internacionais (ULusófona-Porto)	Norte	30	180
	Relações Internacionais (UC)*	Centro	41	180	Relações Internacionais (UM)*	Norte	65	180
	Relações Internacionais (UE)*	Alentejo	51	180	Relações Internacionais (UPortucalense)*	Norte	40	180
	Estudos Europeus (UL)*	Área Metropolitana de Lisboa	59	180				
	Relações Internacionais (ISCSP-UL)	Área Metropolitana de Lisboa	-	120	Relações Internacionais e Estudos Europeus (UE)*	Alentejo	-	120
	Relações Internacionais: O Espaço Euro-Atlântico (UAç)*	Região Autónoma dos Açores	15	120	Relações Internacionais (ULusíada-Lisboa)*	Área Metropolitana de Lisboa	-	120
Mestrado	Estudos da Paz e da Guerra nas Novas Relações Internacionais (UAL)	Área Metropolitana de Lisboa	-	120	Relações Internacionais (ULusíada-Porto)*	Norte	-	120
	Relações Internacionais (UAL)	Área Metropolitana de Lisboa	-	120	Diplomacia e Relações Internacionais (ULusófona-Lisboa)	Área Metropolitana de Lisboa	-	120
	Relações Internacionais (UBI)*	Centro	20	120	Relações Internacionais (UM)*	Norte	40	120
	Relações Internacionais: Estudos da Paz, Segurança e Desenvolvimento (UC)	Centro	20	120				
	Relações Internacionais (ISCSP-UL)	Área Metropolitana de Lisboa	-	180	Relações Internacionais: Geopolítica e Geoeconomia (UAL)*	Área Metropolitana de Lisboa	10	240
Doutoramento	Relações Internacionais (NOVA)	Área Metropolitana de Lisboa	10	240	Relações Internacionais: Política Internacional e Resolução de Conflitos (UC)*	Centro	15	240

**Fonte:** Elaboração própria, a partir dos dados das respetivas Universidades, DGES e A3ES.

\*Corresponde à amostra em estudo, consequência das respostas obtidas através do guião de perguntas enviados aos coordenadores dos diferentes ciclos de estudo das três categorias de cursos.

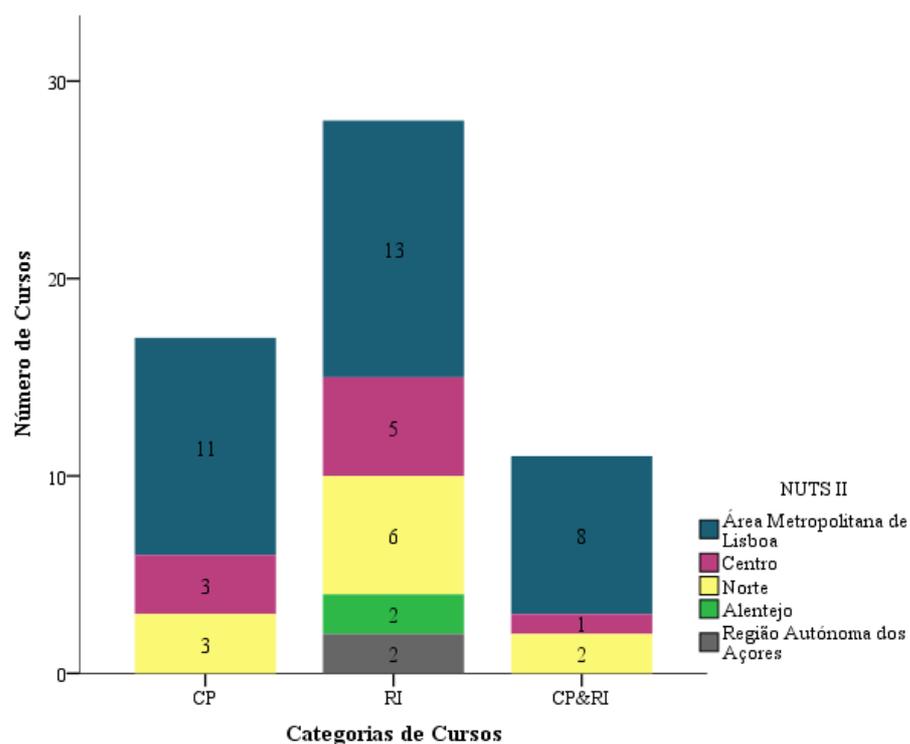
<sup>1</sup> Com especialização em Ciência Política ou Relações Internacionais.

**Figura 1.** Distribuição do número de cursos por categoria de cursos, segundo o ciclo de estudos



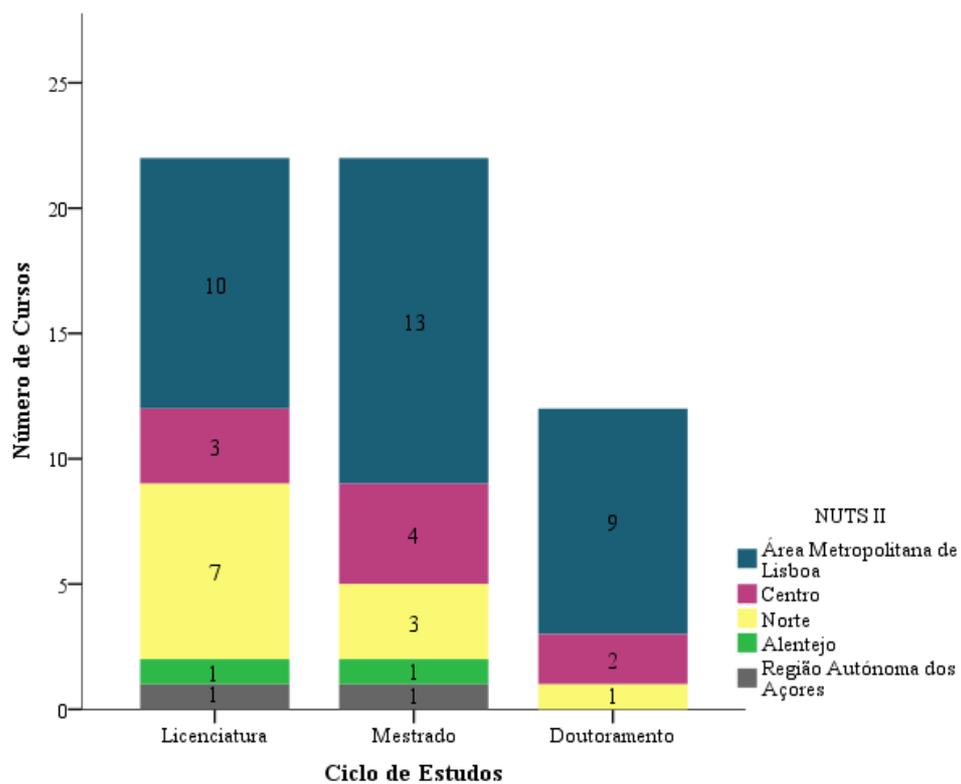
**Fonte:** Elaboração própria, a partir dos dados das respetivas Universidades, DGES e A3ES.

**Figura 2.** Distribuição do número de cursos por categoria de cursos, segundo a localização geográfica-NUTS II



**Fonte:** Elaboração própria, a partir dos dados das respetivas Universidades, DGES e A3ES.

**Figura 3.** Distribuição do número de cursos por ciclo de estudos, segundo a localização geográfica-NUTS II



**Fonte:** Elaboração própria, a partir dos dados das respetivas Universidades, DGES e A3ES.

## TABELA 2. Fundação e fundadores dos cursos

### 1.1. Ciência Política

Ciclo de Estudos	Título do Curso	Ano Fundação	Fundadores	Formação académica				
Licenciatura	Ciência Política (ISCSP-UL)	1997	Oscar Soares Barata	Várias áreas das ciências sociais				
			José Adelino Maltez					
			António de Sousa Lara					
			António Pedro Ribeiro dos Santos					
			António Marques Bessa					
Licenciatura	Ciência Política (ISCSP-UL)	2007	Manuel de Almeida Ribeiro	Sociologia Política				
			José Manuel Leite Viegas					
			Fernando Farelo Lopes					
Licenciatura	Ciência Política (UM)	2006	Departamento de Relações Internacionais e Administração Pública da Escola de Economia e Gestão (EEG) da UM	-				
			-	-				
Mestrado	Ciência Política (ISCSP-UL)	1982	-	-				
			Ciência Política (ISCITE-IUL)	2009	Fernando Farelo Lopes	Sociologia Política		
					José Manuel Leite Viegas			
	André Freire							
	Mestrado	Ciência Política (UA)	2007	Ana Maria Belchior	Ciência Política e Relações Internacionais			
				Governança, Liderança e Estudos sobre a Democracia (UCP-Lisboa)	2012	Carlos Jalali	Ciência Política	
João Carlos Espada						Sociologia e Ciência Política		
Doutoramento	Ciência Política (UM)	2008	Departamento de Relações Internacionais e Administração Pública da Escola de Economia e Gestão (EEG) da UM	-				
			Ciência Política (ISCSP-UL)	1984	-	-		
					Ciência Política (UA+UBI)	2014	André Barata	Filosofia
							Carlos Jalali	Ciência Política
Filipe Teles	Ciência Política							
			José Manuel Santos	Filosofia - Ética e Filosofia Política				

### 1.3. Ciência Política & Relações

Ciclo de Estudos	Título do Curso	Ano Fundação	Fundadores	Formação académica
Licenciatura	Ciência Política e Relações Internacionais (UCP-Lisboa)	2011	João Carlos Espada	Sociologia e Ciência Política
Mestrado	Ciência Política e Relações Internacionais: Segurança e Defesa (UCP-Lisboa)	1996	João Carlos Espada	Sociologia e Ciência Política
Doutoramento	Ciência Política (ISCITE-IUL)	2011	José Manuel Leite Viegas	Sociologia Política
			Fernando Farelo Lopes	
			André Freire	
	Política Comparada (ICS-UL)	2010	António Costa Pinto	História e Civilização Europeia
Marina Costa Lobo			Ciência Política	
	Ciência Política e Relações Internacionais: Segurança e Defesa (UCP-Lisboa)	2000	-	-

### 1.2. Relações Internacionais

Ciclo de Estudos	Título do Curso	Ano Fundação	Fundadores	Formação académica
Licenciatura	Estudos Euro-Atlânticos (UAç)	2002	Carlos Amaral	Filosofia Política e Relações Internacionais
			Luís Andrade	Ciência Política e Relações Internacionais
Licenciatura	Relações Internacionais (UAL)	1989	-	-
			Relações Internacionais (UC)	1995
	João Gomes Cravinho	Relações Internacionais		
	José Manuel Pureza	Direito		
	Licenciatura	Relações Internacionais (UE)	2008	Luís Moita
Silvério Carlos Rocha e Cunha				Direito e Teoria Jurídico-Política
José Manuel Martins Caetano				Economia, com especialização em Relações Económicas Internacionais
Mestrado	Estudos Europeus (UL)	1998	Paulo Alexandre Neto	Economia, com especialização em Economia Regional e Políticas Públicas
			Maria Alzira Seixo	Filologia Românica
	Relações Internacionais (ULusíada-Lisboa)	1986	Carmina Cavaco	Geografia Humana
			Luísa Leal Faria	Filologia Germânica
			Joaquim José de Carvalho	História
			Joaquim José de Carvalho	História
Relações Internacionais (ULusíada-Porto)	1987	Fernando Roboredo Seara	Direito	
		Relações Internacionais (UM)	1975	Lúcio Craveiro da Silva
Relações Internacionais (UPortucalense)	2016	André Pereira Matos	Relações Internacionais	
		Relações Internacionais: O Espaço Euro-Atlântico (UAç)	2000	Luís Manuel Vieira de Andrade
Mestrado	Relações Internacionais (UBI)	2010	Carlos Eduardo Pacheco Amaral	Filosofia
			Teresa Cierco	Relações Internacionais
	Relações Internacionais e Estudos Europeus (UE)	2004	Alcino Couto	Economia
			Silvério Carlos Rocha e Cunha	Direito e Teoria Jurídico-Política
			José Manuel Martins Caetano	Economia, com especialização em Relações Económicas Internacionais
	Relações Internacionais (ULusíada-Lisboa)	1995	Paulo Alexandre Neto	Economia, com especialização em Economia Regional e Políticas Públicas
			Joaquim José de Carvalho	História
			Carlos César Lima da Silva Motta	-
Doutoramento	Relações Internacionais (ULusíada-Porto)	2007	Fernando Alberto Pereira de Sousa	-
			Relações Internacionais (UM)	2007
	Relações Internacionais: Geopolítica e Geoeconomia (UAL)	2015	Luís Moita	Ética
			Luís Tomé	Relações Internacionais
Relações Internacionais: Política Internacional e Resolução de Conflitos (UC)	2004	João Gomes Cravinho	Relações Internacionais	
		José Manuel Pureza	Direito	
			Luís Moita	Ética

**Fonte:** Elaboração própria, a partir dos dados recolhidos através das respostas dos coordenadores ao guião de perguntas.